JORNAL Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 94 | Edição **6794 | R$ 9,99**
Sexta-Feira, 13 de Dezembro | **Sábado**, 14 de Dezembro | **Domingo**, 15 de Dezembro de 2024

PÁGINA 04

OS MELHORES DO PARANÁ



Moradores do Vale do Iguaçu são destaque em campeonatos estaduais, conquistando o mais alto lugar no pódio. No **Karatê**, os jovens **Enzo Milezi**, **Andrei de Souza Scheid** e **Luiz Felipe da Cruz** ficaram na primeira colocação, em suas respectivas categorias, no paranaense. Enquanto isso, **Jeffrey Lara** alcançou o **primeiro lugar** no ranking da Federação Paranaense de Pesca Esportiva ao vencer o estadual de **pesca de traíras**

PÁGINA 09

Eleitos são diplomados no Vale do Iguaçu

PÁGINA 16

Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

COMÉRCIO DO PARANÁ CRESCE QUASE O DOBRO DA MÉDIA NACIONAL

Setor paranaense teve alta de 9,2% nos dez primeiros meses de 2024

| Da AEN-PR

Foto: Albari Rosa/Arquivo AEN



O comércio varejista do Paraná cresceu 9,2% entre janeiro e outubro deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na quinta-feira, 12. O crescimento é praticamente o dobro do registrado pela média do Brasil no período, que foi de 4,9%.

O resultado é puxado pelo desempenho do setor no mês de outubro, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, em que o Paraná teve o maior crescimento do Brasil. Neste recorte, a alta foi de 26,5%, quase dez pontos percentuais acima do segundo colocado, que foi o Rio Grande do Sul, com 16,8%, e o triplo da média nacional, que foi de 8,8%.

Os números se referem ao comércio varejista ampliado, que inclui todos os segmentos do varejo, acrescidos da construção civil, do setor de automóveis e do atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo.

No acumulado do ano, o Paraná é o quinto estado com maior alta do Brasil, atrás apenas de Amapá (18,2%), Paraíba (11,8%), Goiás (11,2%) e Distrito Federal (9,5%). Com desempenhos abaixo do registrado pelo comércio paranaense estão, por exemplo, Rio Grande do Sul (8,8%), Santa Catarina (7,9%), Bahia (7%), São Paulo (2,5%), Minas Gerais (2,4%) e Rio de Janeiro (2%).

Segmentos

O crescimento acumulado do comércio paranaense em 2024 foi puxado pelo bom desempenho em vários segmentos do setor. O principal deles é a venda de veículos, motocicletas e peças, que registrou alta de 33,7% no volume de vendas entre janeiro e outubro. O aumento paranaense no segmento foi o maior entre todos os estados do Brasil ao longo do ano.

Entre as maiores altas do comércio varejista paranaense ainda estão a venda de móveis e eletrodomésticos (16,2%), materiais de construção (14,8%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (9,5%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (6,2%) e hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo (5,7%).

Receita

Com aumento no volume de vendas, o faturamento do comércio do Paraná também registrou fortes altas em 2024. Entre janeiro e outubro deste ano, a receita nominal das vendas do comércio do Estado cresceu 11,7%, em relação ao mesmo período de 2023. O índice é superior à média nacional, que foi de 7,9%.

Na comparação entre outubro de 2024 e o mesmo mês em 2023, o Paraná também é o Estado que teve o maior aumento de receita do comércio, com crescimento de 30,3%. O segundo estado com maior aumento foi o Rio Grande do Sul, com 21,4%. Na média, o crescimento brasileiro nesta comparação foi de 13,5%.

Pesquisa

A PMC acompanha o comportamento conjuntural do comércio varejista no país com indicadores de volume de vendas e de receita das empresas do setor com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista. Os dados completos podem ser consultados no Sidra, o banco de dados do IBGE.

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ | FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ | SINDICATO RURAL

Semeando os novos profissionais do campo

Uma nova geração de profissionais da agropecuária está sendo cultivada com muito carinho e dedicação! Em 2024 o Sistema FAEP comemorou um ano de atividade do Programa Agropecuária 2030, realizado em parceria com os Colégios Agrícolas do Paraná, que está levando para as 26 instituições de educação do Estado, conteúdos técnicos e tecnológicos de última geração, colocando os alunos em contato com o que há de mais moderno na prática agropecuária.

Entre outras ações, o programa disponibiliza quatro módulos aos estudantes: Mecanização Agrícola, Agricultura de Precisão (AP), Drones Agrícolas e Pecuária. Além disso, o Sistema FAEP participou ativamente da reformulação do currículo dos colégios agrícolas, introduzindo conceitos e disciplinas que vão além da grade curricular tradicional. Neste primeiro ano de parceria, mais de 7,4 mil alunos passaram pelo programa, totalizando 439 módulos. A iniciativa terá continuidade por mais quatro anos, podendo ser prorrogada futuramente.

O Sistema FAEP também contribuiu para equipar estas instituições de ensino. Foram entregues 530 aparelhos de última geração, como GPS's, tablets, amostradores de solo, fluxômetros, kits de ordenha e muitos outros. Ao todo, os investimentos na iniciativa somam R$ 3,2 milhões.

sistemafaep.org.br

Anuncie suas Atas e Editais aqui no JOC

de acordo com as normas exigidas na legislação vigente.

- Assembleias
- Demostrações financeiras
- Balanços
- Pedidos de licenças
- Notas de esclarecimento
- Licitações
- Intimações
- Aviso ao mercado
- Súmulas

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio

JORNAL Comércio
Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR)
CEP: 84600-180
Tel: (42) 3521-2050
CNPJ Matriz: 77.958.882/0001-27
CNPJ Filial: 77.958.882/0002-08
FUNDADO EM 11 DE JUNHO DE 1931

DIREÇÃO GERAL
Eduardo Carpinski

EDITOR-CHEFE
Rafael Peruzzo

GERÊNCIA
Andrews Batista

CONSELHO EDITORIAL
Sitamar Brittes

Redação
(42) 99823 - 0044

Comercial
(42) 3521 - 2050

SOMOS GPTW

Assinatura anual
Local: R$ 360,00 | Microrregião: R$ 600,00

Circulação
União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União

FILIADO
ADJORI SC | ADIPR

8/2024 ADJORI SC CCJ REGULARIDADE COMPROVADA

ABERTURA DE EMPRESAS CRESCE 11,4% E BATE RECORDE HISTÓRICO EM SANTA CATARINA

Participação de jovens e mulheres no empreendedorismo está avançando, segundo dados da Jucesc

| Por Agência Catarinense de Notícias

Foto: Ricardo Wolffenbüttel/Arquivo/Secom



Entre janeiro e novembro de 2024, Santa Catarina registrou a abertura de 236.216 novas empresas, o que representa uma alta de 11,4% em comparação ao mesmo período de 2023, quando foram registrados 211.934 novos CNPJs. Além disso, o estado bateu um recorde histórico. Isso porque o número de empresas abertas em 2024 já é o maior para um ano desde o início da série histórica apurada pela Junta Comercial de Santa Catarina (Jucesc). Os dados refletem o aquecimento da economia do estado bem como a força do empreendedorismo catarinense.

Entre as empresas constituídas neste ano, 175.181 são de Microempreendedores Individuais (MEIs), consolidando a importância do micro e pequeno empresário no cenário econômico catarinense. A participação de mulheres e jovens também foi destaque no período. O desempenho expressivo reflete os avanços das políticas públicas implantadas pela Jucesc, que tem investido em transformação digital e desburocratização de processos.

O governador Jorginho Mello destacou o apoio do governo do estado ao empreendedorismo. "O governo é um parceiro de quem empreende e trabalha para melhorar e estimular o ambiente de negócios. É por isso que dizemos não ao aumento de impostos e temos feito investimentos estratégicos. É assim com a melhoria da nossa infraestrutura de transportes e energia, na qualificação técnica da mão de obra, e no trabalho para manter o estado como o mais seguro do país. Tudo isso melhora nossa competitividade e incentiva a criação de novas empresas", afirma.

Número de mulheres empreendedoras cresce 5,7%

As mulheres têm demonstrado um papel de protagonismo, com 131.253 empresárias registradas entre as novas empresas, o que representa uma parcela significativa da força empreendedora do estado. O volume é 5,7% superior ao registrado no mesmo período de 2023.

O impacto econômico do empreendedorismo em Santa Catarina também é expressivo. Juntas, essas novas empresas com participação feminina somam um capital social de R$ 14,6 bilhões, equivalente a 27,8% do total de capital social registrado no período.

"A empreendedora ou empreendedor que hoje quer abrir um negócio em Santa Catarina conta com uma série de programas de apoio do governo do estado. Isso ocorre na oferta de crédito por meio do Juro Zero e do Pronampe SC, por exemplo, mas também em programas de incentivo fiscal como o Prodec e o Pró-Emprego. Esse incentivo do governo é fundamental para desenvolver nossa economia e gerar mais empregos", destaca o secretário de Estado de Indústria, Comércio e Serviço, Silvio Dreveck.

Jovens lideram movimento empreendedor

Um dado que chama atenção é o destaque da faixa etária de 31 a 40 anos, que reúne 98.370 novos empreendedores. Nesse sentido, o estado tem registrado maior participação de empresários mais jovens no quadro societário das empresas.

"A Jucesc está realizando uma série de iniciativas para facilitar a abertura de empresas. Medidas como a implantação de inteligência artificial e medidas de desburocratização simplificam a constituição de novos negócios. O tempo médio para para abertura de uma empresa, que envolve registro (de 2h na Jucesc) e legalização (todos os alvarás em até 46h), é de 48 horas no total e estamos trabalhando para reduzir este prazo por meio do projeto Simplifica SC, que integra todos os órgãos ao sistema da Jucesc. Essa agilidade é fundamental para que o empreendedor possa trabalhar, vender, prestar serviços mais rapidamente, de forma a movimentar a nossa economia", afirmou o presidente da Junta Comercial de Santa Catarina (Jucesc), Fernando Baldissera.

adi ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DIÁRIOS DO INTERIOR DO PARANÁ

Pelo Paraná

FIAGRO

Na reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária em Brasília, o governador Ratinho Júnior (PSD) anunciou o aporte de R$ 350 milhões na criação do Plano Safra estadual – o Fiagro (Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agro). A gestão será da Fomento Paraná e o fundo pode gerar R$ 2 bilhões em investimentos a partir de 2025. Os recursos poderão ser usados para projetos de sistemas de irrigação, expansão da produção, armazenagem, equipamentos, tratores e outros maquinários agrícolas. "E o agronegócio do Paraná tem uma grande qualidade: a industrialização. Esse é um caminho que o Brasil deve seguir. E agora com o Fiagro, que terá juros menores que o Plano Safra, vamos dar mais um grande salto", afirmou Ratinho Junior ao destacar que o estado exporta alimentos para mais de 170 países.

Mais crédito

O BRDE e a Fiep assinaram convênio para proporcionar linhas de crédito facilitadas a indústrias paranaenses no contexto da Jornada da Produtividade do Senai Paraná. O programa pretende aumentar a produtividade e a competitividade das indústrias em todos os segmentos, além da digitalização dos processos produtivos por meio de uma jornada de longo prazo, composta por etapas de consultorias, formação e outros programas específicos. "O BRDE apoia a geração de emprego e renda e contribui para a transformação social através do apoio ao setor industrial a projetos de investimentos", disse o diretor de Controladoria e Crédito do BRDE, Tiago Tosato.

Produtividade

"A Jornada da Produtividade faz todo sentido em um Brasil que enfrenta desafios para compreender a importância de aumentar a produtividade, especialmente em um cenário de escassez de mão de obra", disse o presidente da Fiep, Edson Vasconcelos. "Desenvolvemos esse projeto com muito cuidado, buscando promover ganhos de produtividade sem pressionar o mercado, gerando uma demanda sustentável que contribua para o crescimento do País". As empresas participantes da Jornada da Produtividade podem acessar as linhas de crédito do BRDE para inovação, energia, aquisição de máquinas e equipamentos, expansão de áreas físicas e capital de giro, com tarifas diferenciadas.

Mutirão

A Secretaria Estadual do da Justiça e Cidadania, o Procon-PR e os Procons municipais participam da segunda edição do "Mutirão Renegocia!" entre 16 de dezembro a 17 de janeiro. A ação é coordenada pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública. "O objetivo é auxiliar o consumidor a negociar dívidas bancárias e não bancárias, como água, luz, telefone e outros, e iniciar o ano com mais tranquilidade", afirma o secretário Santin Roveda. "O mutirão põe em prática as ações de prevenção ao superendividamento e o entendimento de que o consumidor superendividado é aquele que, com sua renda, não consegue arcar com suas necessidades básicas e de seus familiares", explica Roveda.

Queijo e manteiga

O vice-governador Darci Piana (PSD) participou da inauguração do Laticínio Fortim, da Coamig Agroindustrial Cooperativa, em Guarapuava. Com um investimento de R$ 20 milhões, a unidade terá capacidade de produção diária de três toneladas de queijo, além de 400 quilos de manteiga ou nata. Piana destacou a força da cadeia leiteira do Paraná e a importância de que a produção seja aproveitada no desenvolvimento de subprodutos, em busca de novos mercados. "Precisamos aproveitar esse volume expressivo e gerar mais valor agregado, como na produção de queijo e outros subprodutos. É isso que estamos vendo aqui neste laticínio da Coamig, investindo em novas opções de produtos para ampliar o seu alcance junto ao consumidor e o mercado", afirmou,

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

NOBRE COMUNICAÇÃO VISUAL

ESPORTE

ADOLESCENTES DO VALE DO IGUAÇU CONQUISTAM CAMPEONATO PARANAENSE DE KARATÊ

Jovens fazem parte da Associação União de Karatê, em União da Vitória

Por Rafael Peruzzo

Foto: Acervo do Jornal O Comércio



Enzo Milezi, Andrei de Souza Scheid e Luiz Felipe da Cruz têm algo em comum. Todos os três são pré-adolescentes que dedicam parte de suas rotinas ao esporte, mais especificamente ao karatê. Passam algumas horas da semana se empenhando nos treinamentos na Associação União de Karatê, em União da Vitória. E o esforço, a dedicação, a disciplina e o talento os levaram ao lugar mais alto do pódio. Enzo, Andrei e Luiz Felipe são campeões paranaenses em suas respectivas categorias. Títulos conquistados na última etapa do estadual, disputada nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Cada um com a sua história, mas com o mesmo objetivo de vencer no esporte e, consequentemente, tirar lições para a vida.

Enzo Milezi foi campeão paranaense na categoria junior +55kg. "Eu não queria entrar no karatê, não queria nem passar perto. Até que um dia a minha mãe disse que nós iríamos dar uma volta. Saímos da igreja e ela me levou lá (na Associação União de Karatê). Parei na frente do dojô (espaço físico onde se pratica artes marciais) e não queria ir. Aí meu pai falou: 'desça'. Eu desci, bem tímido e envergonhado. Chegou o sensei e pediu para eu tirar o tênis e entrar. Fui de calça mesmo, com vergonha. Mas desde o início a equipe foi muito acolhedora comigo", conta Enzo. Segundo ele, esse fator acabou sendo fundamental para a continuidade no karatê. "Eu sofria muito bullying antigamente na escola. E eu me senti acolhido na associação, isso te ajuda, te incentiva, me senti feliz com esse acolhimento", relata o campeão, demonstrando uma maturidade admirável.

"Parei de fazer tênis de mesa, parei de jogar futebol e foquei no karatê porque eu sei que tenho potencial para isso. O que eu tenho de foco principal hoje, fora os estudos, é o karatê. Eu pretendo seguir em frente, talvez virar um atleta profissional, mas sempre conciliando com os estudos", acrescenta Enzo. Para 2025, o objetivo é manter o título estadual. "Esse ano foi minha primeira experiência em um campeonato desse nível. E foi de grande superação para mim e para minha família. Eles me acompanharam e isso é muito gratificante. O conselho que eu deixo para as crianças e adolescentes que não praticam nenhum esporte é o seguinte: 'levanta, toma coragem e faz porque vale a pena'".

Luiz Felipe da Cruz venceu o Paranaense na categoria Sub-

Rede BemViver
seu amigo de construção
Moretto Bem Viver
Materiais de Construção
(42) 99829-0074
Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto 2485
Bairro São Bernardo (Ao lado da Lubrifhil)

SEGURANÇA CAST TRABALHO
VILAS BOAS SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
vilasboas@vilasboasseguranca.com.br
(42) 99165-0293
(42) 3523-1854

ensina mais
PROGRAMAS EDUCACIONAIS
(42) 99973-7535

14 até 50kg. E o mais impressionante é que ele começou a lutar há pouco mais de um ano, já conquistando um resultado muito expressivo. “Eu não imaginava chegar tão longe já de início. A minha mãe sempre me incentivou a praticar esporte. Eu tenho um amigo que se chama Pablo, uma vez nós estávamos na escola e ele falou que ia começar a fazer karatê. Eu falei que iria junto, fui a primeira vez e nunca mais parei”, conta.

Ao conversar com esses atletas tão novos, percebe-se que todos têm na família a principal incentivadora. No caso de Luiz Felipe, a influência na escolha pelo karatê partiu de um amigo da escola, mas o esporte sempre foi sugerido pela mãe, como ele mesmo relatou. “A minha luta mais complicada no Paranaense foi contra o karateca que era o atual campeão da minha categoria. Depois que eu recebi minha medalha, fui contar para a minha mãe que eu tinha vencido e ela me deu os parabéns, ficou muito orgulhosa de mim”. O Campeonato Paranaense é disputado em três etapas classificatórias e mais uma etapa final, com pontuação dobrada.

“Eu penso em ser um grande campeão, ganhar muitos títulos, quero fazer a seletiva ano que vem para a seleção brasileira. Eu penso em ser campeão mundial, chegar numa Olimpíada”, diz o garoto de 13 anos, que já foi vice-campeão brasileiro e vislumbra um futuro vencedor no esporte.

Alimentar sonhos também é algo inerente ao esporte. São meninos e meninas que encontram no karatê um estímulo para desenvolver seu lado competitivo. E mesmo que não venham a alcançar os resultados sonhados, serão cidadãos mais conscientes e preparados quando chegarem à vida adulta. “O karatê ajuda muito na disciplina e no controle. O sensei é a pessoa que vai te ajudar a dar os passos certos. Para ser um bom karateca, primeiro você tem que ter uma família que te apoia, que é um apoio psicológico. Depois, se alimentar bem para ter bom rendimento e, claro, treinar muito”, diz o atleta Andrei de Souza Scheid, campeão paranaense na categoria júnior até 67kg.

Foto: Arquivo Pessoal



“Eu comecei a fazer karatê durante a pandemia. Lembro que a gente treinava de máscara e era um terror aquilo porque não dava para respirar direito. Escolhi o karatê porque era algo que eu nunca havia experimentado, eu queria um esporte diferente. Eu estava muito parado, acima do peso, daí fui começando e na primeira aula o sensei disse que eu levava jeito. Isso me incentivou a treinar mais e mais”, destaca Andrei. “Eu estava há algum tempo querendo esse título porque sempre que eu chegava próximo da conquista acontecia alguma coisa que me atrapalhava. Mas esse ano eu consegui”, completa.

O projeto do Sensei

Ele é a principal referência. Os jovens atletas citam o sensei a todo o momento durante a entrevista. Nesse caso, trata-se de Wlademiro Parastchuk Junior, o professor que acolhe, ensina, incentiva e comemora os resultados dos seus pupilos. Mas é impossível falar de “Wlade” como é conhecido no Vale do Iguaçu sem contar a história da Associação União de Karatê e do projeto que lá é desenvolvido. Não é apenas um local onde se pratica esporte, e sim uma instituição que tem no lado social seu principal propósito. Depois de ter sua sede em três locais diferentes, hoje a Associação União de Karatê tem uma sede bem estruturada na rua Expedicionários, no Bairro Nossa Senhora do Rocio, em União da Vitória. São 16 anos de luta e mais de 400 crianças e jovens matriculados ao longo dessa trajetória.

Existem os alunos das turmas particulares (pagam mensalidade) e aqueles do projeto social, que vivem em situação de vulnerabilidade. “As competições são importantes, claro que nós queremos ganhar, competir, viajar, eles têm um crescimento grande na parte esportiva. Mas o que nós almejamos, através do esporte, é proporcionar inserção social, oportunidade de crescer como pessoa. Eu quero que eles continuem se esforçando, se superando, melhorando a cada dia. Todos eles, e hoje são mais de 60 alunos, eu considero parte de mim, é como se fossem meus filhos”.

Entre os “filhos” do sensei está a pequena Rebeca Gomes de Melo, que luta na categoria sub-12 até 40kg. “Eu iniciei no karatê também durante a pandemia. Entrei por causa do meu irmão, que já fazia. Fui lá só para ver ele, mas o sensei perguntou se eu não queria fazer uma aula experimental, fiz e me apaixonei. Estou firme até hoje. O karatê mudou muito a minha disciplina, a minha forma de pensar, muita coisa no meu dia a dia”, destaca.

A associação se mantém não apenas com as mensalidades das turmas particulares, mas também com a ajuda de empresários e do poder público. “Os próprios atletas vão em busca de patrocínios, eles não tiram praticamente nada do bolso. Hoje nós temos um repasse de verba da Assistência Social, recebemos bastante ajuda da prefeitura como o custeio do transporte, que é o elemento mais caro para ir a um campeonato. Tem bastante custo, materiais, inscrições, alimentação, mas no final a gente vê que vale a pena manter o projeto de pé e ver esses jovens motivados a participar”, relata Wlademiro.

E não basta ser um atleta disciplinado para estar matriculado na Associação União de Karatê. Também é preciso ser um bom aluno. “Tanto nas turmas particulares quanto nas do projeto social, a gente cobra bastante. No final do ano, se reprovar na escola, é convidado a se retirar do projeto social, não tem justificativa do porque não estudar. O estudo, a disciplina e o respeito fora do dojô é o principal. Casos de indisciplina, má conduta, a gente chama os pais para conversar”, afirma o sensei.

Ao longo dos anos, são muitos resultados expressivos. Entre 2022 e 2023 a associação teve uma atleta campeã brasileira invicta, que ao completar 16 anos precisou deixar o karatê de lado para começar a trabalhar e dar ênfase aos estudos no Colégio Militar. E são as histórias que envolvem vitórias pessoais que provocam mais emoção no sensei. “Ano passado nós estávamos em Joinville para o Campeonato Brasileiro e lá eu encontrei um menino que foi meu aluno. Um menino do Bairro Rio D'Areia, uma região pobre, um menino que morava em condições de extrema pobreza, a casa não tinha banheiro para se ter uma ideia. E hoje ver ele trabalhando em uma multinacional do ramo de transportes em Joinville, formado em uma faculdade, e te dizer: ‘professor muito obrigado pelos ensinamentos, até hoje eu lembro que eles ajudaram a mudar minha vida.’ Então, às vezes você recebe mensagem no facebook de um ex-aluno e vê que a pessoa foi transformada através do esporte, eu sou apenas uma ferramenta. Eu falo que a transformação são eles que vão fazer”, completa o sensei.





REMAX
(42) 3522-2888



Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com

Estudam



Foto: Acervo do Jornal O Comércio

Os prefeitos eleitos de Porto União, Juliano Hassan, e de União da Vitória, Ary Carneiro Júnior, já estudam um novo local para a realização da Festa Nacional do Steinhaeger e do Xixo. O local que está sendo analisado é entre as duas rodoviárias, no Parque Linear.

Prestigiou

O deputado estadual Alexandre Curi prestigiou o Encontro Estadual de Líderes Rurais de 2024, que reuniu mais de 4 mil produtores rurais de todas as regiões do Paraná, no Expotrade Convention Center, em Pinhais.

Assembleia

Anderson Renan Pacheco, diretor presidente da Associação dos Servidores Públicos Municipais de União da Vitória, está convocando os associados para uma Assembleia Geral extraordinária, que acontece na segunda-feira, 16, às 19 horas, no Auditório da Unespar.

Presidir

O vereador reeleito Luiz Alberto Pasqualin, na condição de ser o mais idoso dos eleitos, é quem vai presidir a Sessão Solene de Posse do prefeito Juliano Hassan e da vice Suelen Geremia e dos vereadores, marcada para às 10 horas do dia 1º de janeiro, no Centro Cultural 25 de Julho.

Homenageado

O prefeito de Porto União, Eliseu Mibach, foi homenageado pela Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte), com o Diploma Honra Municipalista, como reconhecimento pelo bom trabalho realizado em seu município.

Reuniu

O deputado estadual Hussein Bakri, líder do governo na Assembleia Legislativa, reuniu os chefes dos núcleos regionais do Sul do Paraná, aonde destacaram as ações determinadas pelo governador Ratinho Júnior a quase 175 mil pessoas.

Sabia (I)

O Paraná é destaque nacional na produção de cerveja. Líder em produção de cevada (73,7%). A maior maltaria comercial da América Latina fica em Guarapuava. Ponta Grossa foi responsável por 89,6% de toda a produção do Estado.

Sabia (II)

Temos no Paraná 171 cervejarias em 58 cidades. Neste mercado são 2.315 empregos diretos. Em um ano o Estado produziu 4 bilhões de latas de cerveja.

[PeloEstado]

/peloestado

peloestado.com.br

O investimento do Estado para resolver a infraestrutura

A Federação das Indústrias de SC (FIESC) estima que seriam necessários investimentos de R$ 54,6 bilhões para a infraestrutura de transportes no estado até 2028. Os números constam na Agenda da Infraestrutura 2025 da Federação apresentada esta semana e que traz a expectativa de recursos necessários em todos os modais e também sugestões para a melhoria da logística de transportes no estado.

Dos R$ 1,216 bilhão orçados para 2024 em obras em rodovias federais, foram efetivamente executados R$ 765,5 milhões, ou 62,9%.

Considerando os modais de transporte, as rodovias seriam responsáveis pela maior necessidade de investimentos, totalizando R$ 39,35 bilhões. O segundo maior volume de recursos, R$ 10,2 bilhões, teria de ser alocado em ferrovias. A terceira maior necessidade de recursos seria do setor aquaviário, estimada em R$ 3,65 bilhões, enquanto os investimentos no modal aeroviário é projetado em R$ 928,8 milhões. A alocação de recursos no modal dutoviário é estimada em R$ 427 milhões.

A agenda da Infraestrutura da FIESC aponta ainda que, considerando as origens dos recursos previstos, a maior parcela - 77,6% - viria da iniciativa privada, totalizando R$ 42,3 milhões. A estimativa da entidade aponta que o investimento federal seria de R$ 5,28 bilhões, enquanto os estaduais totalizariam R$ 6,8 bilhões. A parcela que caberia aos municípios somaria R$ 180 milhões.

Na avaliação da entidade, alguns investimentos são emergenciais e devem ser tratados como prioridade. No modal rodoviário, a entidade destaca as obras na BR 101-Norte sugeridas no estudo sobre a proposta de repactuação, além da conclusão da duplicação das BR-470 e da BR-280. As demandas incluem ainda a adequação de capacidade das BRs 163 e 282 e a manutenção preventiva das rodovias federais.

No âmbito estadual, a prioridade é a conclusão das obras do programa Estrada Boa, além de garantir recursos para a manutenção. A estimativa da FIESC é de que o valor ideal seria de R$ 200 milhões nos próximos 3 anos.

Encontro

Contrariando as expectativas, o governador Jorginho Mello (PL) confirmou que irá ao encontro do ministro de Portos e Aeroportos do governo Lula, Silvio Costa Filho, que estará no Estado para a inauguração das obras do aeroporto de Joinville. Claro que não será somente para fazer boa figura. Jorginho pretende discutir com o ministro a questão da federalização do Porto de Itajaí, assunto pendente com o Governo Federal e que anda tirando o sossego por aqui.

Foto: Câmara Federal/Divulgação



Candidatos

Jorginho que se cuide, porque o número de pessoas de olho em seu cargo só aumenta. O primeiro a se manifestar e, aliás, já iniciou discretamente (ou não) sua campanha, foi João Rodrigues (PSD). Depois, o deputado estadual Marcos Vieira (PSDB) se colocou à disposição do partido para concorrer à vaga, quando a sigla cogitou lançar um candidato próprio em 2026. O deputado já, inclusive, reforçou seu interesse em algumas ocasiões e a importância do partido ter um candidato à majoritária.

Agora, Adriano Silva (Novo), prefeito eleito de Joinville, também demonstrou interesse no cargo. Adriano se elegeu com uma votação histórica no maior colégio eleitoral do Estado.

É, poderemos ter surpresas nas próximas eleições!

Em Lages

Seguindo o fluxo, os vereadores de Lages também se deram um aumento, discreto, nas últimas sessões do ano. Eles aprovaram um aumento do valor do vale-alimentação para os funcionários da casa e, claro, estenderam o benefício para eles também.

Na Câmara de Vereadores de Laguna, os vereadores também aprovaram aumento de salário. Eles receberão R$ 10,4 mil e o presidente da Câmara R$ 15,6 mil.

Aumento

Nem tanto, nem tão pouco. Os vereadores de Florianópolis retiraram da pauta da última quarta-feira, 11, a proposta de gratificação para os membros da mesa diretora. Assunto que ganhou uma repercussão e virou pauta de entidades e da sociedade em geral. Em compensação, foi aprovado o aumento da verba de gabinete de R$ 38 mil para R$ 45 mil.

Vale ressaltar que a proposta da gratificação poderá voltar a ser discutida futuramente.

Exonerado

Bruno Souza (PL) passou menos de três meses no cargo de secretário-adjunto de Meio Ambiente e Economia Verde do governo de SC e já pediu sua exoneração. A conversa que já rola há algum tempo nos bastidores é de que ele irá assumir uma secretaria em Florianópolis, na nova gestão de Topázio Neto (PSD), a quem ele tanto criticava.

Agora, é aguardar a nova nomeação para ver se o burburinho procede.

Diretor

O deputado federal Jorge Goetten (Republicanos-SC) assumiu a diretoria das micro e pequenas empresas na Frente Parlamentar do Comércio e Serviços. O anúncio ocorreu durante reunião na sede da Frente, em Brasília. Composta por 197 deputados e senadores, a Frente reconheceu a atuação destacada de Jorge Goetten em projetos que favorecem os pequenos negócios. Como participante assíduo da Frente Parlamentar, o deputado catarinense tem se dedicado à luta por pautas essenciais ao setor.

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales*
Diagramação: *Celina Sales*
Contato peloestado@gmail.com
*Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI EXALTA PARTICIPAÇÃO FUNDAMENTAL DA ASSEMBLEIA EM AVANÇOS DO PARANÁ NO 2º SEMESTRE

| Da Assessoria

Foto: Assessoria



Líder do Governo na Assembleia do Paraná, o deputado Hussein Bakri encerra o segundo semestre de trabalhos legislativos comemorando a aprovação de projetos importantes e avanços do Estado em várias áreas. O parlamentar destaca, por exemplo, a modernização da legislação ambiental e das carreiras militares do Estado, a manutenção do Paraná como melhor educação do país e a consolidação como 4ª maior economia do Brasil. Cita ainda o grande desempenho eleitoral do PSD, que, sob o comando do governador Ratinho Junior, elegeu 40% dos prefeitos do Paraná.

"O sentimento é, sem dúvida, de dever cumprido. Mais uma vez, aprovamos 100% dos projetos de lei do Governo, sempre com contribuições importantes dos deputados da base e da oposição, servidores, sociedade civil organizada de maneira geral. Nosso objetivo sempre é o de buscar entendimentos e consensos em favor de 11,8 milhões de paranaenses, e acredito que tenhamos conseguido sucesso nessa missão", avalia Hussein Bakri.

Um dos projetos mais importantes aprovados neste semestre vai desburocratizar os processos de licenciamento ambiental no Estado, ao aprimorar a regulamentação existente até então e aliar as necessidades do setor produtivo com a preservação do meio ambiente. A proposta foi amplamente discutida na Assembleia, tendo incorporado 22 das 47 emendas apresentadas pelos deputados. Também teve a aprovação da Casa o projeto que reestrutura as carreiras de bombeiros e policiais militares, com ganhos salariais expressivos e melhorias no fluxo de cargos, encurtando o tempo para chegar no topo da carreira.

Presidente da Comissão de Educação, Hussein Bakri ressalta também que o Paraná continua sendo a melhor educação do Brasil tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental (anos iniciais e finais), segundo os dados do Ideb. O parlamentar cita ainda o lançamento do Programa Aprova Paraná Universidades que, em 2025, vai reservar cerca de 2 mil vagas nas sete instituições estaduais de ensino superior para estudantes das escolas estaduais.

Já na saúde e assistência social, o Líder do Governo menciona a liberação de R$ 502 milhões para fortalecer a oferta dos serviços de saúde em todo o Estado e para reforçar a estratégia de regionalização dos atendimentos nos 399 municípios paranaenses, e de R$ 52 milhões em emendas parlamentares para centenas de entidades sociais de todo o Paraná. Por sua vez, os índices mais recentes do IBGE colocam o Paraná como a quarta maior economia do Brasil e a principal da região Sul.

"Todos esses dados positivos ajudaram a mostrar o jeito PSD de administrar e a população reconheceu isso nas urnas, elegendo prefeitos do nosso partido em 164 dos 399 municípios do Paraná. E a Assembleia Legislativa estará ao lado do governador Ratinho Junior em 2025 para continuar ajudando a fazer do nosso Estado referência para o Brasil", projeta Hussein Bakri.

EDITAL

O **OUTORGADO COMPRADOR: FRANCIELEN PAOLA DE SÁ** brasileiro, solteira, engenheira florestal, maior, capaz, portador do RG sob n° 70167840/PR e inscrita no CPF sob n°009.485.179-48, telefone para contato (41) 991671050, e-mail: francielenpaola@yahoo.com.br , residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca n° 1643, bl 02 apt 805- bairro Rocio-UVA-Pr **FAZ SABER**:

Aos que do presente Edital conhecimento tiverem, em especial o Senhorio, Sr. **EPAMANINDAS ARAUJO AMAZONAS** e Sra. **ANA AUGUSTA DIAS DA CUNHA AMAZONAS**, e ou seus herdeiros, para que, no prazo legal de até 30 (trinta dias), exerçam o seu direito de preferência decorrentes da Enfiteuse, nos termos do que determina o artigo Art. 688 do Código Civil de 1.916, c/c o art. 2.038 do Código Civil vigente, relativa à doação realizada por:

OUTORGANTE VENDEDOR: ALDAIR SABAI, brasileiro, auxiliar de expedição, maior e capaz, nascido aos 09/01/1980, filho de Geraldo Sabai e Joana Sabai, divorciado, conforme certidão de casamento com averbação de divórcio, objeto da matrícula sob nº 082412 01 55 2007 2 00011 011 0001927 04, do Ofício de Registro Civil Distrital das Pessoas Naturais Distrital de São Cristóvão, PR, declarando não viver em união estável, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.337.540-0 SESP/PR, expedida em 26/03/1998, inscrito no CPF sob nº 030.290.369-01, residente e domiciliado à Rua Abilon de Souza Naves, 1585, Bairro Cidade Jardim, Distrito de São Cristóvão, União da Vitória, PR.

IMÓVEL: LOTE DE TERRENO com unidade sob nº 02 (dois) da **quadra n° 14 (quatorze)**, da Quadra n°34, Setor 28, do Cadastro Municipal, localizado na rua João Augusto Barbosa n° 251 **no Loteamento Vila Marina, Distrito de São Cristóvão, neste Município de União da Vitória**, com area construida 85,34, lote medindo 6,00 mts de frente por 32,00mts de fundos, **ou seja a área total de 192m² (Cento e noventa e dois metros quadrados),** com as demais medidas, características e confrontações constantes na ***Matrícula sob nº 36.416,*** do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, PR, devidamente cadastrado junto ao setor competente sob a inscrição imobiliária n°02.04.267.0111.002, cujo imóvel teve o valor atribuído pelas partes em R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) valor este idêntico à avaliação realizada pelo Fisco Municipal;

Não havendo manifestação dentro do prazo legal, será finalizado o registro da respectiva escritura pública de compra e venda.

União da Vitória, Estado do Paraná, 26 de novembro 2024

Outorgante: ALDAIR SABAI

Outorgado: FRANCIELEN PAOLA DE SA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE UNIÃO DA VITORIA
RECONHECIMENTO 046215
Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de: (1)FRANCIELEN PAOLA DE SA, (2)ALDAIR SABAI
HUGO GABRIEL SCHWEBEL - Escrevente Autorizado
União da Vitória - PR, 05 de dezembro de 2024. Emolumentos: R$ 12,02(43,46); FUNDEP: R$ 0,60 + Funrejus 25: R$ 3,00 + ISS (3%): R$ 0,36 + Selo: R$ 2,00 = Total: R$17,98. SELO DIGITAL Nº 8F1N1 6G27b-3i5M EbDeq.1363q - Consulte o selo em https://selo.funarpen.com.br/Consulta
3º TABELIONATO DE NOTAS HUGO G SCHWEBEL ESCREVENTE UNIÃO DA VITÓRIA - PR



A Unimed do Estado do Paraná- Federação Estadual das Cooperativas Médicas, CNPJ nº 78.339.439/0001-30, situada na rua Antônio Camilo, 283, Bairro Tarumã, Curitiba-PR, notifica, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 9.656/98, o(a) portador (a) do CPF/MF nº 353.034.689-XX, inscrito (a) na operadora sob o código de identificação nº 09750618014501647, para que entre em contato por meio do telefone 08000414554 (atendimento 24 horas) ou (41) 3219-1448, em horário comercial, no prazo máximo de 10 dias contados desta publicação.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO COLÉGIO SÃO JOSÉ, CNPJ 85.604.098/0001-49, ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O Diretor – Presidente da ASSOCIAÇÃO DE ENSINO COLÉGIO SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 24 do Estatuto Social, convoca os associados, em condições de votar, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sua sede social, no município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Rua José Boiteux, 676, Bairro Centro, em primeira convocação no dia 20 de dezembro de 2024, às 14 horas com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados, em segunda convocação no mesmo dia, às 15 horas com a presença de qualquer número e deliberará com votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, art. 23 do Estatuto, para deliberar sobre os seguintes assuntos. ORDEM DO DIA:1- Prestação das Contas do Exercício de 2023 e Relatórios da Diretoria; 2- Aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Financeiras, bem como do Parecer do Auditor Independente e Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2023; 3- Destinação do superávit/déficit do exercício; 4 - Outros assuntos de competência da AGO. AVISO: Avisamos os Senhores Associados que os livros e documentos contábeis que instruem o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis relativos à 31/12/2023 estão à disposição na sede da Associação de Ensino Colégio São José. **Porto União, 13 de dezembro de 2024.**

somos GPTW
Great Place To Work. Certificada
GRUPO DE COMUNICAÇÃO JOC

Uniuv COLTEC www.uniuv.edu.br

EDUCAÇÃO

UGV ANUNCIA NOVO CURSO: PUBLICIDADE E PROPAGANDA

| Da Assessoria

Fotos: Assessoria



A Ugv - Centro Universitário, sempre comprometida em oferecer formação de excelência e acompanhar as tendências do mercado, já anunciou o lançamento de mais uma opção para os futuros universitários: a graduação em Publicidade e Propaganda!

Com foco em criatividade, estratégia e inovação, o novo curso tem a duração de 7 semestres, e foi projetado para preparar os alunos a enfrentarem os desafios do mercado de comunicação atual, formando profissionais capacitados para atuar em agências de publicidade, departamentos de marketing, empresas de mídia e startups, consultorias de comunicação, entre outras áreas.

Com o foco em aliar teoria e prática para garantir a formação completa dos futuros publicitários, a instituição está realizando investimentos para criar novos estúdios e laboratórios exclusivos, proporcionando aos alunos um ambiente de aprendizado prático e atualizado com as demandas do mercado.

"Estamos entusiasmados com a chegada do curso de Publicidade e Propaganda, pois representa um passo importante na diversificação da nossa oferta acadêmica e reflete nosso compromisso em formar profissionais preparados para transformar ideias em resultados", afirma o professor Mateus Cassol Tagliani, reitor da Ugv.

Se identifica com a área da comunicação? Dê o primeiro passo para um futuro de sucesso e estude na única instituição que é nota máxima pelo Ministério da Educação da região do Vale do Iguaçu! Inscreva-se gratuitamente no Vestibular Online pelo link http://conteudo.ugv.edu.br/vestibular e faça parte da Ugv!

Conheça a instituição

Ao longo de seus 23 anos de existência, a Ugv já passou por muitas transformações e etapas de desenvolvimento que foram cruciais para se consolidar como um Centro Universitário de referência no sul do Paraná e norte de Santa Catarina e, agora, chegar a esse resultado de excelência.

A instituição já entregou mais de 10 mil profissionais qualificados ao mercado de trabalho e segue sempre com a missão de promover o desenvolvimento educacional e social da região, por meio de um ensino de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, integrando a pesquisa à extensão e valorizando, sobretudo, o compromisso social.

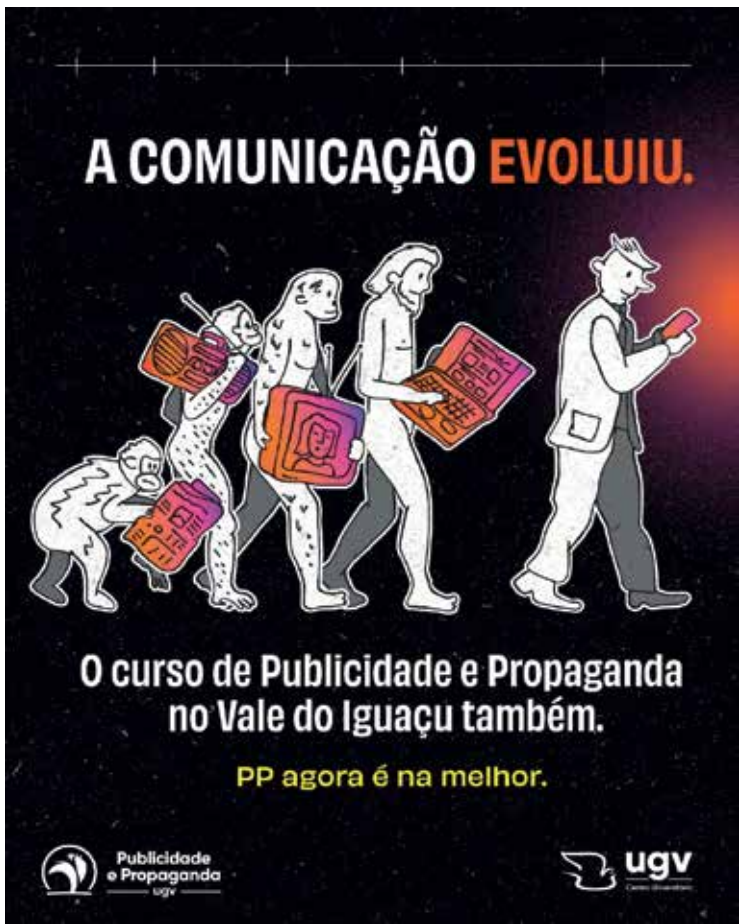
A Ugv oferece uma infraestrutura moderna e completa, com 19 opções de cursos nas áreas de Saúde, Tecnologia e Engenharias, Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas.

A pesquisa e a inovação são fomentadas desde o início da jornada acadêmica, com projetos de iniciação científica e extensão, guiados por professores qualificados e experientes.

Além disso, os alunos têm a oportunidade de participar de programas de intercâmbio internacional, graças ao convênio da Ugv com instituições nacionais e estrangeiras.

A imersão na área de estudo ao longo dos anos de graduação permite que os acadêmicos tenham uma rápida integração no mercado de trabalho.





MELHOR PESCADOR DE TRAÍRAS DO PARANÁ É MORADOR DO VALE DO IGUAÇU

Jeffrey Lara conquistou título e agora ocupa 1ª colocação da FEPAP

Da Redação

Fotos: Arquivo Pessoal





O melhor pescador de traíras do Paraná é morador do Vale do Iguaçu, e não é apenas história. Jeffrey Lara foi campeão estadual de pesca esportiva na modalidade okapari, a tradicional pesca em barranco. Em 2023, ele já havia terminado a competição em um honroso quinto lugar. Mas, em 2024, ninguém superou Jeffrey ao final das 10 etapas disputadas em Fazenda Rio Grande, Curitiba, Tijucas do Sul e Mandirituba. Com o título, agora ele ocupa o 1º lugar no ranking da Federação Paranaense de Pesca Esportiva (Fepap), sendo um dos únicos pescadores que pegou peixe em todas as etapas, superando mais de 200 pescadores participantes do Paranaense de Pesca Esportiva.



A paixão pela pesca vem desde pequeno e, de dois anos para cá, Jeffrey passou a se dedicar mais ao esporte, treinando todos os finais de semana ou participando dos torneios. Neste final de semana ele estará em Rio Bonito do Iguaçu (PR) para receber a premiação oficial da FEPAP dos melhores do ano na modalidade. "A pesca da traíra envolve muita técnica, paciência e dedicação. Só é possível utilizar iscas artificiais", conta o pescador.

Como foi a vitória

Jeffrey começou a última etapa do campeonato na quarta colocação, almejando o vice-campeonato. “O cara que estava em primeiro liderou da segunda etapa até a nona. Eu estava 15 pontos atrás dele”, relembra. Mas a prova realizada em Umbará trouxe uma grata surpresa.

Na competição, são avaliados os três maiores peixes pescados por cada participante. Eles são medidos em uma régua oficial e, posteriormente, devolvidos à água. A regra é não maltratar os animais. Em Umbará, Jeffrey fez o que considera a pescaria da vida, conseguindo capturar uma traíra de 44cm, animal considerado de tamanho médio. Com isso, precisou escolher mais dois peixes entre os sete capturados na etapa. As três traíras pescadas por Jeffrey na última etapa garantiram pontos suficientes para que pulasse à primeira colocação.

Para Jeffrey, essa foi uma grande conquista, vinda após um ano inteiro de dedicação ao esporte. “Amigos ficaram felizes, porque todo mundo viu o quanto eu queria isso”, comenta. "Faz dois anos que eu participo dos campeonatos de pesca esportiva e já conquistei mais de 30 troféus pela região do Paraná e de Santa Catarina. O Paranaense foi um dos títulos mais importantes até o momento. E em 2025 tem mais", garante Jeffrey.

“O Paranaense foi um dos títulos mais importantes até o momento. E em 2025 tem mais!”







ÓTIMA LOJA (42) 3522-2042

ARTIGO

A GUERRA DAS NARRATIVAS

| Por Walber Guimarães Junior

Preciso falar sobre algo que me incomoda profundamente na atualidade: a quantidade de mentes brilhantes, de pessoas com boa formação e acesso à informação de qualidade que se acha completamente comprometida pela absorção de mensagens, metodicamente distribuídas, que assumem integralmente o receituário de Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista. "Repita uma mentira cem, mil, um milhão de vezes e ela se tornará uma verdade", Goebbels, Joseph.

Preciso esclarecer que isto não ocorre por acaso. Por algum tempo, ministrei aulas de Comunicação na graduação e dedicava boa parte do tempo para a Teoria das Comunicações e seus princípios, fundamentais para quem trabalha nesta área por descortinar os mecanismos que conduzem a tradução das mensagens e finalizam o processo de comunicação.

Basicamente, o princípio mais relevante nos informa que temos total propensão a absorver informações que combinem com nossas crenças e, em sinal contrário, rejeitar mensagens que as contradigam. Algo como dizer que Pelé foi melhor que Maradona, com a imediata adesão de todos os brasileiros ou falar do mundial palmeirense para sua torcida, simplesmente porque essa é sua crença e a mensagem reforça suas convicções.

Se, com atrevimento, eu afirmasse neste texto que Maradona foi melhor, seria contestado por todos, considerando que nosso público é de brasileiros, todavia se a declaração fosse a célebre "Palmeiras não tem mundial", receberia aplausos de todas as outras torcidas, porque, como aprendemos acima, nosso cérebro quer apenas informações que combinem com seus princípios, algo como um algoritmo pessoal que prefere processar informações que se incluam no seu livro de regras, exigindo muito mais tempo para processar dados em contrário, sempre com a disposição inicial de rejeitá-los.

Por dever de ofício, me condicionei a checar toda informação relevante que chega até mim e, deve também ocorrer contigo, me surpreende o volume de fakes news que infestam nossas redes sociais, afirmo com convicção que é raro o grupo de whats onde o volume de fakes é inferior a 70%.

Alguns exemplos clássicos, como a ineficiência das urnas eletrônicas, verdade universal na mente da direita brasileira, ainda que os militares e até o PL tenham sido incapazes de, em auditoria formal, encontrar algo que sustentasse estas declarações. Fiquei atento, exatamente às 18h45 no domingo do segundo turno porque alguns amigos me "provaram" que naquele exato momento Guilherme Boulos chegaria à liderança da apuração da eleição paulistana. E aí? Você também leu este dado revelador, cercado de argumentos comprovatórios?

Sem nenhuma procuração para defender o referido cidadão, inclusive porque o crescimento desproporcional do seu patrimônio é evidente, listei, por um certo período, as fazendas e empresas do Lulinha, filho do homem, e só abandonei a causa quando tive acesso a lista seguinte da Forbes, dos homens mais ricos do planeta, com a inaceitável exclusão do cidadão.

A polaridade obtusa que nivelou política ao futebol e a religião, onde "princípios" não se discutem, gerou também uma preguiça mental absurda na maior parte das pessoas. Checar uma fake news é atividade trivial que, quase sempre, se resolve com uma rápida "googlada", porém, sempre tem o risco do Tio Google contrariar minhas convicções, logo é mais fácil pular esta etapa.

Voltando ao pensador nazista, ele exigiu que o governo alemão vendesse aparelhos de rádio por preços muito acessíveis para que todos os alemães estivessem ao alcance de suas mensagens, todavia, os tempos modernos oferecem o celular como veículo ainda mais rápido para acesso imediato aos algoritmos mentais de quem quer ser alimentado com convicções políticas que, acumuladas, também por metamorfose de algum algoritmo, geram ódio aos que se movimentam em outras direções.

Como radiodifusor, preciso também registrar que o rádio não se presta a esse papel, por tradição e compromisso com a verdade e por suas responsabilidades civis que ainda não atingem as big techs. Emissoras de rádio respondem por seu conteúdo, por isso são muito mais responsáveis que as redes sociais e, óbvio, muito mais confiáveis.

Com espaço exíguo, não introduzo o tema do Marco Civil da Internet, exceto para registrar o princípio básico constitucional: empresas e pessoas são responsáveis pelos danos que causam, como bem ensinou Dias Toffoli em seu voto nesta questão.

Se antes interessava à Goebbels o domínio completo do rádio, jornais e revistas, agora é a falta de controle que agrega mais valor à luta pela possibilidade de doutrinar cérebros indefesos, principalmente porque não tentam se defender dos ataques diários.

Lembro que afirmei, com certa ousadia e sob a reprovação de muitos amigos, que o 7 de setembro de 2021, uma pretensa demonstração de força de Bolsonaro para a sociedade, também tinha inspiração em Goebbels, repetindo os desfiles anuais de Nuremberg. Tenho a sensação de que aquele foi o start da estratégia escancarada de continuar no poder, independente do resultado das urnas, como apontam as atuais investigações.

Espero pela indignação de cada brasileiro, de esquerda ou direita, que se percebe vítima da manipulação das máquinas de disseminação de informações com a inquestionável determinação de dominar cérebros e corações, formando um exército de inocentes úteis, até para serem usados como bois de piranha, na difícil travessia do rio da legalidade.

A correção dos rumos passa pela utilização da mesma intensidade que se combate o inimigo para a busca incansável da verdade, talvez entendendo que para os players principais do jogo político a única meta a ser atingida é a manutenção do poder, se possível dentro das "quatro linhas", mas, sempre que necessário, pedindo que a torcida invada o campo e mude o resultado.

Sinceramente, não dá para desperdiçar tanta energia agindo como bobo da corte ou sendo apenas mais uma vítima da manipulação. Alguns talvez até pensem na Pátria, mas, esteja certo: a prioridade será sempre o poder.

Nem Globo, nem Goebbels, decida por você mesmo. Dá só um pouquinho de trabalho...

Opinião
Por André Marsiglia

REGULAR REDES SOCIAIS É PROJETO ELITISTA E IDEOLÓGICO

Tenho participado de entrevistas e debates sobre regulação de redes, em razão de minha expertise em liberdade de expressão e, invariavelmente, as pessoas que defendem regular redes no Brasil acabam deixando escapar sua oculta intenção, seu sincero desejo, com frases do tipo: "essa gente não pode falar o que quer".

Tratamos de legislações estrangeiras, do avanço da tecnologia, de liberdade de expressão, mas o foco verdadeiro é regular "essa gente". E quem seria "essa gente"? O povão e os que se encaixam numa gaveta etiquetada pela mídia como "direita bolsonarista".

O povão que, em sua maioria se tornou de direita no Brasil nos últimos anos, é tido por ignorante, já a direita bolsonarista é tida por chucra e tosca. E ambos causam gastura na sensibilidade de uma elite intelectual que circula por universidades, tribunais e imprensa, em aliança a políticos oportunistas, interessados em calar adversários.

Logo que saiu a decisão do ministro Flávio Dino de destruir livros com conteúdo ofensivo a minorias, participei de um debate universitário, ocasião em que um professor de Direito me disse: "livros não servem para ser destruídos; independentemente do conteúdo, devem ser semeados". Sabendo que ele defendia regular redes, questionei em público se o mesmo raciocínio servia a postagens em redes sociais. Ele me olhou torto. Acrescentei que se tratássemos redes e livros de forma diversa, estaríamos promovendo a defesa de formatos, de molduras, e não de conteúdo, não da liberdade de expressão.

O professor respondeu: "não é a mesma coisa". Claro que não é, afinal, a direita bolsonarista e o povão não escrevem livros ou, se escrevem, raramente alguém os publica. Se publicarem em massa e tiverem leitores, os livros serão a próxima coisa a ser mais regulada. Se estiverem na imprensa, e tiverem audiência, as emissoras serão criminosas - como já ocorreu, aliás. Se forem aceitos como professores universitários, e tiverem ouvintes, o ensino precisará ser remodelado. Se tiverem voz e palanque, suas candidaturas terão de ser anuladas e os eleitos, cassados.

Se as redes sociais fossem usadas apenas pela elite intelectual, as maiores fake news, desinformações e propagações de ódio poderiam tranquilamente ser ditas e cometidas e tudo estaria bem, tudo estaria certo. Faria parte do debate, ou poderiam ser contidas pelos mecanismos judiciais e indenizatórios já existentes. Como sempre aconteceu até hoje com a imprensa, diga-se.

O chicote da regulação, portanto, tem como marca conter e recivilizar "essa gente". Nada mais higienista, asséptico, autoritário e tirânico. Só não escrevo também que é fascista, porque posso ser carimbado como "essa gente" e acabar preso.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

[PeloEstado] ENTREVISTA

"O estado tem uma economia planejada, com cadeias produtivas completas nos setores de indústria, comércio e serviços"

Celio Bernardi, presidente ACIF Florianópolis

A Associação Empresarial de Florianópolis, há quase 110 anos lidera o desenvolvimento econômico da cidade por meio da representatividade e de soluções para melhoria do ambiente de negócios e da competitividade das empresas da região. A ACIF está presente em seis regiões da cidade (Centro, Continente, Ingleses, Canasvieiras, Lagoa e Sul) e conta com mais de 20 núcleos empresariais dos mais variados segmentos. Núcleos que capacitam e promovem jovens empreendedores.

A Coluna conversou com Célio Antônio Bernardi Júnior, presidente da ACIF sobre os projetos em desenvolvimento, a economia do Estado e Reforma Tributária.

Confira:

Pelo Estado - O senhor assumiu a presidência da ACIF há pouco mais de um ano. Como foi enfrentar esse desafio e como sua gestão está disponível até aqui?

Celio Bernardi - Minha trajetória dentro da ACIF foi marcada por uma preparação que começou ainda como líder do Núcleo Jovem, passando por diversas posições, como a diretoria financeira, último cargo antes de chegar à presidência. Esse caminho permitiu que eu conhecesse a entidade por completo, desde os núcleos empresariais até os regionais, desenvolvendo habilidades importantes para liderar a associação.

Em pouco mais de um ano de gestão, obtivemos resultados muito positivos. Crescemos mais de 1.000 associados, ultrapassando a marca de 5.000 empresas no nosso quadro associativo. Também aumentamos em 50% o engajamento nas redes sociais, melhorando a forma de comunicar o associativismo e nosso propósito. Além disso, realizamos mais de 250 projetos no ano, com a participação de mais de 600 voluntários, reforçando nosso impacto na cidade.



Foto: ACIF/Divulgação

Pelo Estado - Qual o papel da ACIF para o setor empresarial de Florianópolis?

Celio Bernardi - A ACIF desempenha um papel crucial na organização e representação do setor empresarial, trabalhando para fortalecer o ambiente de negócios. Atuamos em frente como a redução da burocracia, combatendo as leis que oneram as empresas e as articulações que favorecem o desenvolvimento regional.

Nossos núcleos empresariais, com a metodologia empreender, promovem projetos que resolvem os problemas de cada setor, enquanto as seis regionais garantem a proximidade com os associados, desenvolvendo iniciativas específicas para suas localidades. Exemplos disso são projetos como o Viva a Lagoa e o Viva Norte da Ilha, que impactam diretamente as comunidades.

Hoje, Florianópolis enfrenta o desafio do pleno emprego, que exige investimentos em qualificação de mão de obra. Estamos empenhados em melhorar esse cenário para que o desenvolvimento econômico da cidade continue sustentável.

Pelo Estado - Quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento do setor?

Celio Bernardi - Um dos grandes desafios é a qualificação e retenção de mão de obra em diversos setores. Além disso, há uma necessidade de atrair os consumidores para o comércio local, o que nos levou a criar iniciativas como a Área 55, que valorizam as empresas associadas e facilitam sua visibilidade.

Outra dificuldade constante é a segurança pública, especialmente em relação às pessoas em situação de rua, que afetam o comércio de rua. Essas questões são recorrentes entre os empresários, mas a ACIF se posiciona como uma ponte entre o poder público e o setor empresarial para buscar soluções articuladas que atendam às demandas da cidade.

Pelo Estado - Como o senhor avalia hoje o cenário econômico estadual?

Celio Bernardi - Santa Catarina apresenta um cenário econômico bastante positivo, com números impressionantes divulgados pela Secretaria da Fazenda. O estado tem uma economia planejada, com cadeias produtivas completas nos setores de indústria, comércio e serviços.

Essa pujança é resultado de um ambiente econômico mais liberal, que incentiva o desenvolvimento, aliado à segurança e à cooperação entre o setor privado, a sociedade civil e o governo. Esses fatores fazem de Santa Catarina um modelo diferenciado no país e refletem a força do nosso empresariado.

Pelo Estado - O senhor acompanhou de perto as discussões sobre a Reforma Tributária este ano. Qual é a sua avaliação sobre o projeto que está para ser aprovado?

Celio Bernardi - Estamos acompanhando a Reforma Tributária de perto, inclusive com ações recentes em Brasília, organizadas pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). Nossa principal preocupação é o impacto sobre o setor de serviços, que enfrentará um aumento significativo na carga tributária. Na última semana, a CACB, juntamente com outras entidades do setor, realizou junto com a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços um encontro com a participação de mais de 100 lideranças empresariais e parlamentares em defesa do Simples Nacional.

Nos próximos dias, a CCJ irá fazer a entrega do relatório final do PL 068/2024. E, juntos, solicitamos a cooperação e mobilização de todo o sistema para reforçar os pleitos das Associações Comerciais junto aos senadores do estado.

Além disso, há uma questão grave: a reforma pode aumentar a carga tributária geral para algo entre 28% e 30%, prejudicando a competitividade das empresas e pesando sobre a população. Acreditamos que ainda há necessidade de discussão sobre uma regulamentação para mitigar esses efeitos e evitar que o Brasil se torne um ambiente ainda mais oneroso para os negócios.

Pelo Estado - Acabamos de sair de um processo eleitoral. Como foi a atuação da Associação neste período?

Celio Bernardi - Nos preparamos com pelo menos seis meses de antecedência, organizando uma ampla escuta dos núcleos empresariais e regionais. Realizamos mais de 250 agendas para mapear as demandas do setor empresarial e consolidarmos tudo isso em um documento entregue aos candidatos.

Tivemos uma ótima adesão: três prefeitos, incluindo o eleito, selecionaram nossa carta de compromissos. No pleito anterior, 42 das 52 propostas apresentadas pela ACIF foram realizadas, demonstrando nossa relevância como interlocutor do empresário.

Também tivemos 16 vereadores, dos quais três foram eleitos e se comprometeram com nossas pautas.

Essa parceria reforça nossa posição, garantindo que as demandas da classe empresarial sejam ouvidas e atendidas.

Pelo Estado - E quais os projetos em desenvolvimento hoje na Associação e a expectativa para o próximo ano?

Celio Bernardi - Estamos bastante otimistas com 2025, um ano especial em que comemoraremos os 110 anos da ACIF com eventos que devem mobilizar toda a cadeia produtiva de Florianópolis e de Santa Catarina. Nosso foco será na representatividade e no fortalecimento dos associados, promovendo ações que ampliem a competitividade e a sustentabilidade financeira de suas empresas. Planejamos mais de 250 projetos e ações, incluindo capacitações e soluções que agregam diferencial competitivo para nossos associados. Além disso, buscamos transformar a cultura organizacional da ACIF com mais eficiência e transparência, garantindo o uso responsável dos mais de R$ 4 milhões que serão investidos em 2025. Estamos confiantes de que este será um ano de grandes realizações para a entidade e para o setor empresarial de Florianópolis.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes.***
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: ***Celina Sales***

SUPERMERCADO REVIWER (42) 3522-5875



Coluna Social por Ana Cabral Sitamar Brittes

Radar



O diretor executivo do Grupo Verde Vale de Comunicação e presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp), **Caique Agustini**, esteve em Brasília essa semana e compareceu no gabinete do Deputado Federal **Valdir Cobalchini** para uma visita de cortesia.



Theo Prado comemora o título de Campeão Sub 7 da Copa Liga Wisa pela Escola Futuro Craque. Na foto, o campeão com seu avô, senhor **Prado**. Parabéns!



Camila Patruni esbanjou simpatia durante visita ao Grupo Verde Vale de Comunicação. Ela é blogueira com dicas de beleza no Vale do Iguaçu e possui um Ateliê, com obras pintadas por ela. Aos 11 anos a jovem distribuiu sorrisos por onde quer que passe. Camilinha é neta do querido amigo **Mário Patruni**. Sucesso!



As irmãs **Angelina**, **Sophia** e **Olívia** se destacaram no espetáculo de dança realizado essa semana em União da Vitória. Elas são filhas do médico ortopedista **Guilherme W. Gehlen** e da médica veterinária **Franciane P. Gehlen**. Parabéns!



A **Aceuv Mulher** realizou recentemente as atividades de 2024 com um evento para empreendedoras na Onírica Choperia. Sucesso!

SUPREMA #MAIS QUE PIZZARIA 3522-0334

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO AO DEFICIENTE FÍSICO E AO IDOSO CARENTE – APADEFIC DE PORTO VITÓRIA/PARANÁ

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação de Proteção e Amparo ao Deficiente Físico e ao Idoso Carente – APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, foi fundada em 9 de junho de 1987, com sede na Rua Miguel Holowka, nº 39, no Bairro Santa Hilda, na cidade de Porto Vitória, Estado do Paraná, CEP 84615-000, inscrita no CNPJ sob o nº 79.318.119/0001-67, tendo sido o seu primeiro Estatuto registrado no Registro de Títulos e Documentos- Livro A: Pessoas Jurídicas de União da Vitória/Paraná, sob o Protocolo nº 7444 -Livro A2 e Registro sob nº 46º -Livro A-2, na data de 10 de agosto de 1987; a primeira alteração estatutária foi registrada no Registro de Títulos e Documentos-União da Vitória/Paraná sob Protocolo nº 16716 –Livro A-3, Registro sob nº 1033 -Livro A-Z, na data de 09 de outubro de 1997; a segunda alteração estatutária foi registrada no Registro de Títulos e Documentos-União da Vitória/Paraná sob o Protocolo nº 21387 -Livro A-7 - Registro sob o nº 1.484 Livro A-7, na data de 26 de dezembro de 2001; a terceira alteração foi registrada em 03 de dezembro de 2003, no Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas-União da Vitória/Paraná sob o Protocolo nº 24.593 -Livro A-9 e Registro sob o nº 2468 -Livro A-19; sendo a quarta alteração estatutária registrada no Registro de Títulos e Documentos Registro Civil de Pessoas Jurídicas-União da Vitória/Paraná - Protocolo nº 29.206-Livro A-13, com o Registro sob o nº 2845 -Livro A-35, na data de 10 de janeiro de 2007, e tendo a quinta alteração sido registrada no Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de União da Vitória/Paraná sob o Protocolo nº 0042654 e Registro nº 0002845 -Livro A-056 -fls.135-142, datado de 27 de dezembro de 2016.

Art. 2º. A APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, é uma entidade beneficente de assistência social, sem fins lucrativos e de caráter exclusivamente filantrópico, de direito privado. É composta por pessoas idôneas, de qualquer gênero, e tem como finalidade a promoção da assistência social, oferecendo acolhimento institucional de longa permanência para pessoas idosas, em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, com ou sem deficiência, sem qualquer distinção de gênero, crença ou outra forma de discriminação.

Art. 3º. Para o cumprimento de seus objetivos a APADEFIC DE PORTO VITÓRIA deverá:
I – Prestar assistência por meio do acolhimento institucional de pessoas idosas, com ou sem deficiência, que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal;
II – Atender pessoas residente no Município de Porto Vitória, que se enquadrem nas condições previstas no inciso I, desde que oficialmente encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com os termos de parceria firmados com o Município;
III – Acolher pessoas provenientes de outros municípios, que se enquadrem nas condições previstas no inciso I, desde que os custos do acolhimento sejam ressarcidos, conforme a lei, pelo próprio acolhido, por sua família ou responsável ou que as despesas sejam total ou parcialmente custeadas por meio de parcerias celebradas com o município de origem dos acolhidos ou com outros órgãos competentes;
IV - Promover a integração com outras entidades afins;
V – Estabelecer e firmar parcerias com entidades públicas ou privadas para a prestação de serviços, mediante subsídio ou remuneração, dentro de suas finalidades institucionais;
VI – Organizar e promover debates, seminários ou outras iniciativas voltadas a temas de interesse da entidade e da comunidade.
§ 1º O acolhimento previsto no inciso I será realizado no limite da capacidade ou disponibilidade de vagas na APADEFIC DE PORTO VITÓRIA.
§ 2º Os recursos econômicos e financeiros obtidos através de Termos de Colaboração, Termos de Fomento, contratos, subvenção social ou instrumentos congêneres, de entidades públicas ou parcerias privadas, assim como recursos provenientes de promoções, campanhas para arrecadação e doações, poderão ser utilizados tanto para os fins mencionados no inciso I quanto para o pagamento de serviços em conformidade com os termos de parceira celebradas.

Art. 4º. A duração da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA é por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II - DOS ACOLHIDOS

Art. 5º. Para admissão e permanência de residentes na APADEFIC DE PORTO VITÓRIA serão observados os seguintes procedimentos:
I – O acolhimento será realizado exclusivamente por meio de encaminhamentos feitos por municípios ou outros órgãos que possuam parcerias formalizadas, condicionado à disponibilidade de vaga.
II – Será exigida a apresentação de diagnóstico médico da pessoa encaminhada, por meio de atestado médico. O acolhimento só ocorrerá se a pessoa atender aos critérios estabelecidos nos artigos 2º e 3º, incisos I e II deste Estatuto, e de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.842/1994 e no § 3º, do artigo 4º da Lei 10.216/2001, salvo exceção prevista no § 2º do artigo 4º da Lei 10.216/2001, caso a APADEFIC DE PORTO VITÓRIA implemente atendimento especializado.
III – Não será permitida a permanência de acolhidos que apresentem comportamento impróprio, violento ou que tenham condições de saúde que exijam atendimento especializado que a APADEFIC DE PORTO VITÓRIA não possa fornecer.
IV – Não serão admitidos indivíduos com comportamentos violentos ou impróprios que representem risco à integridade física de outros residentes ou que causem transtornos que comprometam a rotina da instituição e perturbem o bem-estar dos demais acolhidos.
§ 1º A APADEFIC DE PORTO VITÓRIA reserva-se o direito de recusar o acolhimento de indivíduos com comportamentos inconvenientes e de, a qualquer momento, retornar ao local de origem aqueles que venham apresentar tal comportamento.
§ 2º A admissão de residentes de outros municípios estará sujeita a critérios adicionais, conforme estabelecido em termos de colaboração, contratos ou instrumentos celebrados com o município ou com outros órgãos encaminhadores.

CAPÍTULO III - DOS ASSOCIADOS

Art. 6º. Poderão integrar o quadro de associados da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA pessoas físicas que não possuam impedimentos legais, que estejam cientes das finalidades da entidade, comprometidas a respeitar as disposições deste Estatuto, às deliberações de Assembleia e cujos pedidos de admissão sejam aprovados pela Diretoria, quando aplicável.

Art. 7º A APADEFIC DE PORTO VITÓRIA é constituída por um número ilimitado de associados distribuídos nas seguintes categorias:
I – Associados fundadores;
II – Associados contribuintes;
III – Associados cooperadores.

Art. 8º. São considerados associados fundadores, com direito a voto, os signatários da Ata de Fundação da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA.

Art. 9º. São considerados associados contribuintes, com direito a voto, pessoas físicas que se dispõem a colaborar financeiramente com a APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, mediante contribuição periódica efetuada por meio de carnês.
§ 1º A admissão do associado contribuinte é feita mediante proposta assinada pelo interessado, apresentada e aprovada pela Diretoria, conforme estabelece o artigo 5º deste Estatuto.
§ 2º O valor mensal estipulado para a contribuição do associado contribuinte não poderá ser inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo vigente no país na data da apresentação da proposta, sendo reajustado anualmente com base nos mesmos índices aplicáveis.

Art. 10. São considerados Associados Cooperadores, com direito a voto, todas as pessoas que vierem a integrar ou que já tenham integrado a Diretoria ou o Conselho Fiscal da APADEFIC, desde que tenham completado o mandato para o qual foram eleitas até o último dia.
Parágrafo único. O integrante da Diretoria ou do Conselho Fiscal que ainda não for associado passará a sê-lo somente ao término do mandato para o qual foi eleito, não podendo, portanto, votar em Assembleia enquanto não tiver concluído o tempo do primeiro mandato.

Art. 11. Os associados da APADEFIC serão registrados em livro próprio, denominado Livro de Registro de Associados, com a devida distinção entre suas categorias.

Art. 12. Após a admissão, o associado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Assembleia desta Associação.

Art. 13. São direitos dos associados:
I – Participar das reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação, sem direito a voto;
II – Propor novos associados contribuintes e indicar candidatos para a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
III – Solicitar, com justificativa fundamentada, a demissão de empregados da Associação, quando em pleno gozo de seus direitos;
IV – Requerer a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias, apresentando justificativa adequada;
V – Participar, propor, discutir, votar e ser votado para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal nas Assembleias Gerais;
VI – Convocar os órgãos deliberativos da APADEFIC mediante requerimento assinado por 1/5 (um quinto) dos associados.
§ 1º É direito dos associados beneméritos receber, em sessão solene, os títulos a eles conferidos.
§ 2º O associado contribuinte estará em pleno gozo de seus direitos somente se estiver quite com as contribuições devidas.
§ 3º Para exercer o direito a voto, o associado contribuinte deverá estar contribuindo pontualmente há pelo menos um ano na data das eleições.
§ 4º O associado que se enquadrar em duas ou mais modalidades poderá exercer o direito de voto cumulativamente em cada categoria, sendo vedada a delegação desse direito.

Art. 14. São deveres de todos os associados:
I – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regulamentos e regimentos internos, e as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria;
II – Zelar pelo patrimônio e bens da Associação, contribuindo para o seu engrandecimento;
III – Exercer, nos termos deste Estatuto, os encargos e compor comissões ou representações para as quais forem designados, nomeados ou eleitos;
IV – Comparecer às Assembleias Gerais;
V – Efetuar pontualmente o pagamento das contribuições a que estiverem sujeitos;
VI – Cumprir integralmente os mandatos para os quais foram eleitos.
Art. 15. O associado que agir em desacordo com este Estatuto, com a Lei ou com os bons costumes estará sujeito a sanções de advertência, suspensão ou exclusão, após sindicância instaurada pela Diretoria.
§ 1º O associado que faltar a 3 (três) assembleias consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas sem justificativa, apresentada por escrito ou oralmente no prazo de 5 (cinco) dias após a realização da Assembleia, será advertido por escrito e, caso persista sem se manifestar, será excluído do quadro de associados.
§ 2º O associado que renunciar ao mandato para o qual foi eleito deve apresentar, por escrito, os motivos da renúncia. Se a justificativa não for considerada plenamente válida, o renunciante ficará impedido de compor a Diretoria por 15 (quinze) anos; caso o motivo seja julgado fútil, poderá ser excluído do quadro de associados.
§ 3º O associado que passar a residir fora do município terá sua condição de associado suspensa por 2 (dois) anos. Caso a mudança de domicílio se estenda além desse prazo, o associado será automaticamente excluído, salvo se, por seus próprios meios continuar comparecendo às reuniões e Assembleias.
§ 4º O associado que retornar ao município após mais de 2 (dois) anos poderá solicitar a reinclusão no quadro de associados. A solicitação será analisada e votada na primeira Assembleia após o protocolo do pedido.
§ 5º O associado que residir em outra cidade, mas trabalhar em Porto Vitória, manterá sua condição de associado, salvo manifestação em contrário ou ausência injustificada nas reuniões e Assembleias.
§ 6º Será assegurado ao associado passível de suspensão ou exclusão o direito à ampla defesa e de recorrer a uma Assembleia Geral convocada especificamente para essa finalidade.

Art. 16. É vedado compor chapa concorrente à Diretoria da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA o associado que for membro de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública, ou que tenha cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau nessas funções.
Parágrafo único. Fica igualmente vedado compor chapa concorrente à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, e votar em Assembleias, o associado que se tornar empregado da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, com sua condição de associado suspensa enquanto perdurar o contrato de trabalho.

Art. 17. Os associados não responderão, em hipótese alguma, solidária ou subsidiariamente, pelas dívidas ou obrigações da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, assumidas por seus órgãos diretores ou representantes.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. São órgãos diretivos e administrativos da APADEFIC:
I – Assembleia Geral;
II – Diretoria;
III – Conselho Fiscal
CAPÍTULO V
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 19. A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, com poderes para decidir, deliberar, ratificar ou retificar, aprovar ou anular os atos sociais e administrativos, nos limites da legislação pertinente e deste Estatuto.
Parágrafo único. Compete exclusivamente à Assembleia Geral deliberar, entre outros assuntos, sobre:
I – Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da APADEFIC;
II – Destituição da Diretoria;
III – Aprovação de contas;
IV – Alteração do Estatuto;
V – Fusão ou incorporação;
VI – Mudança de objetivo;

VII – Dissolução voluntária da APADEFIC.

Art. 20. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, obrigatoriamente, no mínimo 2 (duas) vezes ao ano, nos seguintes termos:
I – No mês de fevereiro, para analisar o relatório de atividades e apreciar e aprovar a prestação de contas do exercício anterior;
II – No mês de fevereiro, após a Assembleia Geral de prestação de contas, para eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e empossar os eleitos na mesma data.

Art. 21. As Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas:
a) Pela Diretoria, através de seu Presidente;
b) Pelo Conselho Fiscal;
c) Por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Art. 22. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que necessário e terá poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, desde que estejam especificados no Edital de Convocação.
Parágrafo único. Nenhuma alteração dos objetivos da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA que exclua qualquer de suas finalidades previstas neste Estatuto poderá ser executada enquanto houver parcerias ou atividades em curso que possam ser prejudicadas.

Art. 23. As convocações para as Assembleias Gerais serão realizadas por meio de Editais e circulares dirigidas aos associados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
Parágrafo único. Os associados serão convocados individualmente para as Assembleias Ordinárias ou Extraordinárias, devendo assinar uma lista de conhecimento.

Art. 24. Os Editais de Convocação serão afixados em locais públicos e publicados no site oficial da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, contendo:
I – A denominação da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, seguida da expressão “Convocação de Assembleia Geral” Ordinária e/ou Extraordinária;
II – A Ordem do Dia, com as especificações;
III – A assinatura do Presidente da APADEFIC.
§ 1º. No caso de requerimento para a convocação de Assembleia Geral Extraordinária por associados, conforme o inciso IV do artigo 13 deste Estatuto, o Edital deverá ser assinado por, no mínimo, 5 (cinco) dos signatários do requerimento.
§ 2º. Na Assembleia para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, o Edital deve indicar o prazo final (dia, hora e local) para a apresentação das chapas concorrentes.

Art. 25. O quórum mínimo para a instalação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e o número mínimo de votos necessários para aprovação de qualquer alteração, medida ou assunto são os seguintes:
§ 1º As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados (metade mais um), sendo necessários 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes para aprovações.
§ 2º. Em segunda convocação, será necessária a presença de pelo menos 40% (quarenta por cento) dos associados, com 2/3 (dois terços) dos votos para aprovação das matérias.
§ 3º A comprovação da presença será feita pelas assinaturas na lista de presença anexada à ata da Assembleia.

Art. 26. Assinarão a ata de eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal apenas os eleitos, os empossados, e os Presidentes da Diretoria e do Conselho Fiscal substituídos.

Art. 27. As deliberações das Assembleias Gerais só poderão tratar dos assuntos especificados no Edital de Convocação.
§ 1º As decisões serão tomadas pelo voto pessoal, sendo vedada a representação, salvo na hipótese prevista no § 3º do artigo 13.
§ 2º Cada associado terá direito a um voto.
§ 3º As deliberações serão feitas por voto secreto, podendo a Assembleia optar por votação aberta conforme as normas usuais.

Art. 28. As Assembleias Gerais serão abertas pelo Presidente da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA e conduzidas pelo(a) secretário(a) da Associação. Caso necessário, um(a) secretário(a) ad hoc poderá ser escolhido(a) pela Assembleia Geral. A função de secretário também poderá ser atribuída a um funcionário da entidade, desde que aprovado pela Assembleia.

CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA

Art. 29. O mandato da Diretoria da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA terá um ano de duração e o órgão será composto pelos seguintes membros:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – 1º Secretário;
IV – 2º Secretário;
V – 1º Tesoureiro;
VI – 2º Tesoureiro.

Art. 30. A Diretoria será eleita em Assembleia Geral Ordinária, convocada para esse fim, conforme o disposto no inciso I do art. 19 deste Estatuto.

Art. 31. Poderão ser criados, com a aprovação da Assembleia Geral, órgãos de exercício também voluntário, como Comissões ou Departamentos de apoio aos trabalhos da APADEFIC, subordinados à Diretoria e com atribuições definidas em regimento próprio.

Art. 32. A Diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente, pela maioria simples de seus membros ou pelos associados, conforme o presente Estatuto.
§ 1º. A presença mínima de 50% (cinquenta por cento) de seus membros é obrigatória nas reuniões da Diretoria.
§ 2º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos, registradas em atas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos presentes.

Art. 33. Compete ao Presidente:
I – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
II – Representar a APADEFIC ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
III – Convocar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;
IV – Dirigir e orientar as atividades da APADEFIC, contratar ou demitir empregados ou prestadores de serviços conforme necessário para o bom desempenho da Associação;
V – Autorizar pagamentos das despesas da APADEFIC;
VI – Assinar contratos, convênios, termos de colaboração e fomento, livros contábeis e outros documentos de obrigações ou declarações;
VII – Assinar, junto com o tesoureiro, cheques, aberturas de contas bancárias e outros títulos de movimentação de valores;
VIII – Apresentar à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e contábeis com notas explicativas, livros contábeis, relatório anual e parecer do Conselho Fiscal;
IX – Assumir, preferencialmente, a responsabilidade pelas curatelas legais dos internos da APADEFIC, conforme sentença judicial, e encaminhar a documentação ao Ministério Público para propositura de ação de interdição;
X – Nomear, dez dias antes das eleições, a Comissão de análise e parecer sobre as chapas concorrentes à Diretoria e Conselho Fiscal;
XI – Nomear comissão para alterações no Estatuto, contratando advogado para o processo.

Art. 34. Compete ao Vice-Presidente:
I – Auxiliar o Presidente;
II – Substituir o Presidente em seus impedimentos ou, em caso de vacância, assumir a Presidência.

Art. 35. Compete ao 1º Secretário:
I – Coordenar os serviços da secretaria;
II – Redigir correspondências e, junto com o Presidente, assinar editais de convocação e documentos necessários;
III – Elaborar relatórios de atividades com a Diretoria e funcionários;
IV – Organizar e ler o expediente, lavrar atas e proceder a sua leitura;
V – Escolher colaboradores ou substitutos para a redação de atas.

Art. 36. Compete ao 2º Secretário:
I – Auxiliar o 1º Secretário;
II – Manter documentos e arquivos organizados;
III – Atualizar o fichário dos associados;
IV – Divulgar as atividades da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA.

Art. 37. Compete ao 1º Tesoureiro:
I – Responsabilizar-se pelos fundos da APADEFIC;
II – Zelar pela escrituração contábil e fiscalizar rendas e donativos;
III – Arrecadar contribuições e depositar recursos nas contas bancárias da APADEFIC, respeitando movimentação em espécie de até R$ 3.000,00 (três mil reais), ajustados anualmente pelo IGP-M/FGV;
IV – Realizar depósitos bancários;
V – Assinar, com o Presidente, documentos financeiros;
VI – Apresentar mensalmente demonstrativos financeiros nas reuniões;
VII – Elaborar e apresentar as demonstrações financeiras à Assembleia Geral;
VIII – Informar a Diretoria e o Conselho Fiscal sobre irregularidades na arrecadação de mensalidades dos associados ou repasses de recursos oriundos de convênios, Termos de Colaboração ou de Fomento, comunicando atrasos superiores a 3 (três) meses.

Art. 38. Compete ao 2º Tesoureiro:
I – Substituir o 1º Tesoureiro;
II – Auxiliar o 1º Tesoureiro.

Art. 39. Em caso de dissidência, infração grave ao Estatuto ou decisões das Assembleias Gerais, qualquer membro da Diretoria poderá ser destituído, substituído pelo substituto legal, até cessar a causa ou permanentemente.
§ 1º A destituição poderá ser proposta por qualquer associado com apoio de 2/3 (dois terços) do quadro associativo.
§ 2º. O julgamento será feito pela Assembleia Geral, com presença da maioria absoluta e decisão por 2/3 (dois terços) dos votos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 40. A vacância de cargos na Diretoria será preenchida conforme:
I – Substituto legal (Vice-Presidente assume a Presidência; 2º Tesoureiro assume o cargo de 1º Tesoureiro; 2º Secretário assume o cargo de 1º Secretário);
II – Em caso de destituição, renúncia, morte, ou mudança do Vice-Presidente que tenha assumido as funções de Presidente não havendo, portanto, substituto, o cargo de Presidente da APADEFIC será assumido pelo 2º Tesoureiro.
III – Em caso de destituição, renúncia, morte ou mudança do 2º Tesoureiro, que tenha assumido as funções em substituição ao 1º Tesoureiro não havendo, esse cargo será ocupado pelo Vice-Presidente;
IV – Em caso de destituição, renúncia, morte ou mudança do 2º Secretário, que tenha assumido as funções em substituição ao 1º Secretário, esse cargo será ocupado pelo Vice-Presidente;
Parágrafo único. Nova eleição só será convocada se mais da metade da Diretoria for perdida por destituição, renúncia ou morte. A Diretoria continua enquanto houver Presidente, Tesoureiro e Secretário, mas deve haver unanimidade nas reuniões.

Art. 41. Membros da Diretoria poderão ser punidos por:
I – Presidente e Tesoureiro:
  a) Não prestar contas ou fornecer documentos necessários para isso;
  b) Não pagar tributos ou obrigações financeiras.
II – Secretário: Não cumprir a obrigação de enviar relatórios, prejudicando a obtenção de benefícios.
Parágrafo único. Irregularidades devem ser registradas com os respectivos documentos comprobatórios pela Diretoria seguinte, em livro próprio, que será analisado pelas comissões de aprovação de chapas/candidatos a membros de nova Diretoria.

Art. 42. Membros da Diretoria que cometerem as infrações do artigo anterior não poderão participar de novas Diretorias por 10 (dez) anos e poderão ser responsabilizados financeiramente, além de outras sanções.

CAPÍTULO VII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 43. O Conselho Fiscal é um órgão autônomo, responsável por fiscalizar os negócios e interesses da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, com mandato de um ano de duração.

Art. 44. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, eleitos por voto direto ou aclamação em Assembleia Geral convocada para este fim.

Art. 45. Durante o mandato, o membro do Conselho Fiscal fica impedido de exercer qualquer função administrativa na APADEFIC DE PORTO VITÓRIA.

Art. 46. Perderá o mandato o membro titular do Conselho Fiscal que tiver 2 (duas) faltas consecutivas ou 3 (três) faltas alternadas, sem justificativa. Neste caso, o membro não poderá candidatar-se por 3 (três) anos.

Art. 47. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente quando necessário, com a participação mínima de 3 (três) membros.
Parágrafo único. Membros efetivos ausentes devem ser substituídos por suplentes para garantir a presença mínima de 3 (três) participantes, validando as decisões.

Art. 48. Compete ao Conselho Fiscal:
I – Examinar todas as contas da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA;
II – Analisar as demonstrações financeiras e contábeis, emitindo parecer;
III – Verificar a aplicação das verbas orçamentárias;
IV – Examinar o patrimônio;
V – Denunciar irregularidades à Assembleia Geral;
VI – Sugerir medidas econômico-financeiras;
VII – Emitir pareceres sobre processos encaminhados;
VIII – Deliberar sobre recursos de associados e encaminhá-los à Assembleia Geral;
IX – Fiscalizar, exigir providências e emitir parecer em casos de comportamentos descritos no item III, do Art. 5º deste Estatuto.

Art. 49. Os dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores não receberão remuneração, vantagens ou benefícios em decorrência de suas funções.
§ 1º É vedada a distribuição de resultados, dividendos, bonificações ou qualquer parcela do patrimônio da entidade aos membros de que trata o caput deste artigo, seja sob qualquer forma ou pretexto.
§ 2º Podem ser reembolsadas despesas comprovadamente realizadas em prol da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, mediante prestação de contas detalhada.

CAPÍTULO VIII - DAS ELEIÇÕES

Art. 50. As eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal ocorrerão anualmente em fevereiro, durante Assembleia Geral Ordinária convocada para este fim.

Art. 51. A Diretoria divulgará a data das eleições com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

Art. 52. Candidatos devem inscrever suas chapas por escrito, até 6 (seis) dias antes da Assembleia.
§ 1º As chapas devem apresentar requerimento escrito ao Presidente da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, incluindo: nomes completos, cargos pretendidos, assinaturas, e números de RG e CPF.
§ 2º Candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro devem anexar uma declaração de quitação fiscal e de não inclusão em órgãos de restrição de crédito.

Art. 53. A Comissão de análise das chapas será composta por:
I – Dois membros da Diretoria em exercício;
II – Dois membros do Conselho Fiscal em exercício;
III – Até dois associados, facultativamente.
Parágrafo único. Impedimentos devem ser comunicados ao candidato a Presidente, que terá 24 horas para indicar um substituto.

Art. 54. Somente associados em pleno gozo de seus direitos associativos, e quites com a tesouraria, poderão votar.

Art. 55. Regras para composição das chapas:
I – Metade mais um dos membros devem ser associados; o restante pode ser pessoa idônea, residente no município há pelo menos 2 (dois) anos.
II – Apenas associados há mais de 1 (um) ano podem concorrer aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiro.
III – Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não podem ter parentesco de 1º grau entre si.

Art. 56. O Presidente da APADEFIC instalará a Assembleia e conduzirá a eleição, orientando a escolha, pelo plenário, dos associados que atuarão como Presidente e Secretário da Assembleia Geral.
§ 1º Na abertura da Assembleia, o Presidente anunciará as chapas inscritas.
§ 2º As eleições podem ser por voto secreto ou aclamação, conforme decisão da Assembleia.
§ 3º Em eleições por voto secreto, cédulas rubricadas serão fornecidas pela Mesa.
§ 4º Todos os associados, antes de votar, devem assinar a lista de votantes.
§ 5º O Secretário registrará, em livro próprio, a ata da eleição.

Art. 57. Encerrada a votação, a apuração dos votos será feita na Assembleia, e os eleitos serão empossados imediatamente.
§ 1º Em caso de empate na Diretoria, vence a chapa com o Presidente associado mais antigo ou, persistindo, o mais idoso.
§ 2º Empate no Conselho Fiscal será decidido por sorteio.
§ 3º Critérios de desempate serão registrados em ata.

CAPÍTULO IX - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 58. O exercício social terá duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 59. Ao final de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, as Demonstrações Financeiras e Contábeis.

Art. 60. A escrituração contábil será realizada por profissional habilitado, conforme os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Toda documentação será encadernada em livros com formalidades que assegurem sua exatidão e devidamente registrada no Registro de Títulos e Documentos e no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, salvo disposição contrária da lei.

Art. 61. As demonstrações contábeis e financeiras devem registrar as receitas e as despesas, por área de atuação, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal e deverão:
I – Estar devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, na hipótese de a receita bruta anual auferida ser superior ao limite estabelecido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e
II – Estar acompanhadas de notas explicativas, nos termos do disposto no art. 30 da Lei Complementar nº 187, de 2021.
III – Na apuração da receita bruta anual, para fins do disposto no inciso I, também serão computadas as doações e as subvenções recebidas ao longo do exercício fiscal, em todas as atividades realizadas.

CAPÍTULO X - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 62. A receita da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA será constituída por contribuições dos associados, rendas do patrimônio, auxílios, donativos, recursos repassados por parcerias com órgãos públicos ou entidades privadas, vendas de materiais, e outras formas de arrecadação.

Art. 63. O patrimônio da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA será composto por:
I – Bens imóveis e móveis;
II – Bens e direitos adquiridos, doados ou legados;
III – Saldos dos exercícios financeiros, transferidos à conta patrimonial.

Art. 64. O patrimônio só poderá ser alienado ou gravado mediante aprovação da Assembleia Geral, convocada especificamente para essa finalidade, com a presença de maioria absoluta dos associados com direitos plenos, e exigindo-se aprovação por pelo menos dois terços (2/3) dos votos dos presentes. Caso necessário, poderão ser feitas até três convocações, com um intervalo mínimo de 15 (quinze) dias entre elas.

Art. 65. O saldo financeiro do exercício social será creditado à conta patrimonial ou transferido ao exercício seguinte, sendo proibida sua distribuição sob qualquer forma ou título.

Art. 66. A APADEFIC DE PORTO VITÓRIA destinará suas receitas, rendas, recursos, rendimentos e eventuais resultados operacionais exclusivamente para o território nacional, visando à manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme o inciso II do artigo 14 da Lei 5.172/1966 e demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO XI - DA LIQUIDAÇÃO

Art. 67. Em caso de dissolução ou extinção da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, o que somente poderá ocorrer por decisão de Assembleia Geral especificamente convocada para esse fim, o patrimônio remanescente, após a quitação de todas as obrigações e compromissos, será destinado a outra entidade beneficente de assistência social certificada com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS, com personalidade jurídica e sede preferencialmente no Estado do Paraná, que atenda aos requisitos legais, especialmente os estabelecidos no Decreto 11.791/2023, e esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
Parágrafo único. Na ausência de uma entidade que preencha os requisitos descritos no caput deste artigo, o patrimônio remanescente será transferido ao Município de Porto Vitória, ao Estado do Paraná ou à União.

Art. 68. A Assembleia Geral será responsável por determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que atuará durante o processo de liquidação.

Art. 69. A APADEFIC DE PORTO VITÓRIA poderá ser extinta também por decisão judicial.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 70. Pessoas com menos de 60 (sessenta) anos excepcionalmente abrigadas na APADEFIC DE PORTO VITÓRIA na data da aprovação deste estatuto e conforme autorização da Vigilância Sanitária, podem permanecer abrigadas.

Art. 71. O estatuto poderá ser reformado mediante aprovação em Assembleia Geral especialmente convocada para essa finalidade.

Art. 72. O estatuto deverá ser assinado pelo Presidente da APADEFIC DE PORTO VITÓRIA, com firma reconhecida em cartório, e por um advogado, com todas as suas folhas rubricadas. Após aprovação, o estatuto será registrado no Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de União da Vitória/Paraná.

Art. 73. A reeleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal obedecerá às seguintes condições:
I – Os membros do Conselho Fiscal poderão ser reeleitos por até 4 (quatro) mandatos consecutivos, sem limite para reeleições em mandatos intercalados.
II – Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos por até 4 (quatro) mandatos consecutivos, com reeleição permitida 1 (uma) vez para a mesma função, sem limite para reeleições intercaladas.
§ 1º O associado que tiver participado de 3 (três) Diretorias consecutivas poderá compor chapa para o Conselho Fiscal no mandato seguinte e vice-versa, sem necessidade de intervalo de tempo.
§ 2º A Assembleia Geral poderá decidir, por maioria absoluta, permitir a reeleição para a mesma função por mais vezes, para os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 74. Toda contratação, nomeação ou estabelecimento de qualquer forma de vínculo empregatício ou de prestação de serviços obedecerá a critérios técnicos, de impessoalidade, transparência e eficiência.
§ 1º Nenhum dirigente poderá ser remunerado ou ocupar cargo de confiança na entidade caso seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, de outros dirigentes, instituidores, associados ou benfeitores da entidade, conforme disposto no § 1º do art. 5º do Decreto 11.791/2023.
§ 2º Exceção a esta regra deverá ser devidamente documentada e submetida à aprovação do órgão de deliberação superior da entidade, respeitando-se os limites legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 75. As aquisições, contratação de serviços e obras deverão seguir regras de transparência e observância aos princípios da moralidade, impessoalidade e economicidade, mediante a realização de cotação de preços para obtenção da proposta mais vantajosa à Associação.

Art. 76. A Diretoria é responsável por manter o registro ativo junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), enviar relatórios anuais, prestar contas de recursos públicos utilizados e renovar cadastros e certificações, conforme exigido pelos órgãos competentes, especialmente:
I – Renovar cadastro anual para manutenção do Registro de Entidade Social Mantenedora junto à Secretaria do Desenvolvimento Social e Família do Paraná– SEDEF;
II – Prestar informações ao CENSO SUAS, anualmente;
III – Monitorar a atualização de informações atualizadas pelo gestor local da Assistência Social em relação ao Cadastro Nacional de Entidades Assistência Social (CNEAS);
IV – Providenciar a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
V – Prestar contas de verbas públicas recebidas aos conselhos competentes, às concedentes dos recursos e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme o caso.

Art. 77. Deverão ser conservados, por 10 (dez) anos, os documentos que comprovem a origem e o registro de recursos e quaisquer atos ou operações que modifiquem a situação patrimonial da entidade.

Art. 78. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Diretoria, com posterior aprovação da Assembleia Geral, respeitando a legislação aplicável.

Art. 79. O foro da Comarca de União da Vitória é o escolhido para solucionar qualquer questão oriunda deste estatuto.

Art. 80. Este estatuto, aprovado em Assembleia Geral em 19 de novembro de 2024, entra em vigor na data de seu registro no cartório competente, substituindo o estatuto anterior, aprovado em 9 de dezembro de 2016, registrado em 27 de dezembro de 2016, sob o registro nº 0002845, fls. 135/136 do livro A-056.

Porto Vitória/Paraná, 19 de novembro de 2024

Lurdes Ivani Campestrini
Presidente APADEFIC

Comercial Bandeirante 3522-3993

ELEITOS SÃO DIPLOMADOS NO VALE DO IGUAÇU

Ato atesta que os candidatos estão aptos a tomar posse do cargo

Da Redação

Foto: Eduardo Carpinski/JOC



Os prefeitos e vereadores eleitos de União da Vitória e Porto União foram diplomados pela Justiça Eleitoral. O ato atesta que os candidatos estão aptos a tomar posse do cargo. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), "A entrega dos diplomas ocorre depois de terminado o pleito, apurados os votos e passados os prazos de questionamento e de processamento do resultado das eleições. No caso de eleições presidenciais, é o TSE que faz a diplomação. Para os eleitos ou as eleitas aos demais cargos federais, estaduais e distritais, assim como para os suplentes, a entrega do diploma fica a cargo dos TREs. Já nas eleições municipais, a competência é das juntas eleitorais".

Em Porto União, foram diplomados na quinta-feira, 05, em evento realizado no auditório da Universidade do Contestado (UNC) o prefeito eleito, Juliano Hassan, e a vice-prefeita eleita, Suelen Geremia, além dos 11 vereadores eleitos: Fernando Barulho; Luiz Alberto Pasqualin; Alceu Brasa Jung; Dr. Walbert; Almir Borini; Sandro Batata Calikoski; Gildo Masselai; Miguel Von Guilsa; Vanderlei Werle; Aninha do Salão e Vanessa Witiuk da Causa Animal.

No lado paranaense, o evento aconteceu na quinta-feira, 12, na Câmara Municipal de União da Vitória. Foram diplomados o prefeito eleito, Ary Carneiro Jr, o vice-prefeito, Claudiomir de Oliveira França, e os 13 vereadores: Thays Bieberbach; Ricardo Sass; Alemão da Agropecuária; Anderson da Locadora do Rocio; Cléo da Assistência; Guga Protetora; Cortellini; Borracha; Professor Marcio; Pastora Josi; Joarez Tica; Pires Filho e Professor Cordovan Neto.

Foto: Juliano Crespo/Câmara de Porto União



